

PLANO DE ENSINO

DISCIPLINA	DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO								
DOCENTE	FELIPE DE MELO FONTE								
CÓDIGO	GRDDIRELE203	SEMESTRE	2022.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ELETIVA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Intervenção do Estado na Economia. Liberalismo clássico. Estado de bem-estar social. O papel da constituição econômica. Razões para intervenção do Estado na economia. Teoria das falhas de mercado. Teoria das falhas de governo. Intervenção direta do Estado na economia. O Estado empresário. O Estado investidor. Controle societário e supervisão ministerial. Intervenção indireta do Estado na economia. Planejamento público. Regulação econômica. Regulação consumerista. Regulação concorrencial. Regulação trabalhista. Regulação ambiental. Modelos e instituições regulatórias. Fomento público. Subvenção. Parcerias com segundo e terceiro setores. Limites à regulação da economia. Livro iniciativa. Proporcionalidade. Consequências da intervenção. Responsabilidade civil. Regulações expropriatórias.								
OBJETIVOS	O propósito do curso é fornecer ao aluno uma visão técnica, empírica e crítica sobre a disciplina constitucional incidente sobre a intervenção do Estado no domínio econômico, fazendo-o a partir da literatura especializada e da jurisprudência dos tribunais brasileiros								
METODOLOGIA	As aulas serão do tipo expositivo, com leituras prévias e aplicação do método socrático.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
		Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
		Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
		Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1-3	A constituição econômica: fundamentos teóricos, históricos e filosóficos								
4-6	Direito e economia: as teorias das falhas de mercado e das falhas de governo								
7-9	Os princípios constitucionais de intervenção na ordem econômica								
10-13	A disciplina constitucional da intervenção indireta do Estado na economia								
14-17	A disciplina constitucional da intervenção indireta do Estado na economia								
18-19	O regime constitucional dos serviços públicos								
21-22	O regime constitucional dos monopólios públicos								
23-24	Responsabilidade pública pela intervenção econômica								
TRILHA	X	Advocacia Empresarial							
	X	Carreiras Públicas							
		Regulação							
		Justiça e Sociedade							

	Tecnologias
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	2 (dois) <i>papers</i> curtos, em temas a serem definidos, e uma prova escrita, com consulta.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direito constitucional econômico. São Paulo: Saraiva, 1990. GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988. 12a. Ed. São Paulo: Malheiros, 2007. TAVARES, André Ramos. Direito constitucional econômico. São Paulo: Método, 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CYRINO, André Rodrigues. Direito constitucional regulatório. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. JORDÃO, Eduardo Ferreira. Restrições regulatórias à concorrência. Belo Horizonte: Fórum, 2009. MENDONÇA, José Vicente Santos de. Direito constitucional econômico. Belo Horizonte: Fórum, 2015. SADDY, André. Formas de atuação e intervenção do Estado brasileiro na economia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. SAMPAIO. Patrícia Regina Pinheiro. Regulação e concorrência. São Paulo: Saraiva, 2015.